

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 500

Data: 10/03/82

Pg.: _____

Assinado ato que interdita área Ianomani

Da sucursal de
BRASÍLIA

Tendo a seu lado dom Luciano Mendes, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o ministro do Interior, Mário Andreazza, assinou, ontem, em Brasília, a portaria que cria a área interdita Ianomani, que ocupa, de forma contínua, cinco milhões de hectares do Território de Roraima e 2,7 milhões de hectares do Estado do Amazonas.

Segundo o ministro, não há nada definido ainda quanto à figura jurídica, nem quanto aos contornos do que virá a ser a reserva Ianomani. "Poderá ser um parque, uma reserva ou várias reservas", disse Andreazza, para quem o governo somente definirá sua posição sobre o assunto depois de realizados estudos profundos sobre a situação dos ianomani. Atualmente, não se sabe ao certo nem mesmo a população exata daquele grupo indígena, já que alguns estudos afirmam existir 8.400 índios em 203 aldeias e outros de 10 a 12 mil, distribuídos em 192 aldeias. Isto do lado brasileiro, pois a população ianomani se estende pelo território venezuelano.

Também compareceu à solenidade a encarregada de negócios da Venezuela no Brasil, Maria Clemência Lopez, que ocupa interinamente o cargo de embaixadora. Ela informou que seu governo está estudando a possibilidade de criação de um parque ianomani com dois milhões de hectares.

O coronel Humberto Carvalho Neto, do Conselho de Segurança Nacional, comentou que o governo tomará providências para que sejam evitados problemas como o existente na fronteira da Venezuela com a Colômbia, por onde transitam livremente índios pertencentes a uma mesma tribo.

CNBB SATISFEITA

Dom Luciano Mendes afirmou que

a decisão governamental "veio ao encontro de um pedido de todo o episcopado nacional, formulado há dois anos e meio, no sentido de que fossem respeitados os direitos da população ianomani". No entender do bispo, o principal aspecto da medida é que ela prevê uma área contínua para aquele grupo indígena, que contraria proposições inicialmente analisadas pelo governo, que previam a criação de várias reservas, considerando o fato de a população localizar-se esparsamente.

Logo ao término da cerimônia, dom Luciano manifestou a Andreazza sua preocupação quanto a um dos itens da portaria ministerial, segundo o qual está prevista "a coordenação e acompanhamento das atividades desenvolvidas na área pelas missões religiosas". Falando sobre o assunto, o secretário-geral da CNBB destacou a importância da presença das prelazias e da "liberdade de ação dos missionários em benefício da população ianomani, colaborando com a preservação da identidade e da cultura daquele povo".

Porém, posteriormente, quando questionado sobre a intenção da Igreja de aumentar a presença de religiosos no território ianomani, o ministro do Interior disse que "vemos com satisfação o envio de mais missionários, que oferecem uma colaboração extraordinária". Acrescentou ainda: "Nossos objetivos são os mesmos".

A consecução desses objetivos, no entender do presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, será uma tarefa difícil, "sobretudo pelas peculiaridades da cultura dos ianomani, que ainda não conhecem, por exemplo, o remo e o barco". Ele pretende criar pólos de atração visando a chamar para o interior da área interdita as comunidades que porventura estejam situadas fora do perímetro estabelecido pelo governo. No entanto, nem ele nem o ministro quiseram fixar prazos para a conclusão do estudo.



Foto Sérgio Borges - Telefoto "Estado"

Dom Luciano aplaudiu a medida que preserva área indígena